

UM ROMÂNTICO NO PORTO

Por José Augusto Seabra

Terá o Porto sido o lugar privilegiado de manifestação, no fogo das lutas liberais, de um momento de consciência do nosso Romantismo, por um desses cruzamentos diacrónicos de temporalidades heterogéneas de que a história literária se entretetece, quando a visionamos não como uma linearidade redutora — mesmo se se pretende dialéctica — mas como um processo feito de recorrências múltiplas, em que os fios de um texto complexo passam e repassam?

Eis a questão a que tentaremos responder, surpreendendo as primícias públicas de um dos nossos escritores a quem o epíteto de «romântico», por discutido teoricamente que seja, dificilmente poderá ser negado: Alexandre Herculano.

Entre o desembarque no Mindelo, empapado de exílio e de poesia, e a corajosa demissão das suas funções na Biblioteca Municipal do Porto, na ressaca do Setembrismo, atravessando as penosas provas de soldado do cerco, o autor da *Voz do Profeta* encontrou energia bastante para repartir-se por solicitações multímodas: as do revolucionário e do cidadão, do historiador e do escritor, com aquela paixão funda e austera, sóbria mas intensa e coerente, que lhe foi delinando o perfil e a máscara. A menor dessas solicitações não seria, entretanto, a de tentar nem mais nem menos do que a própria elaboração dos prolegómenos a uma Poética do Romantismo, cuja necessidade como ninguém ressentia, diferentemente aliás de Garrett, apesar de a este ser atribuída, pela publicação em 1925 do *Camões*, a prioridade da iniciação romântica.

Para lá da discussão acerca destas balizas cronológicas, como termo inicial de uma época literária, quais as propuseram por exemplo Fidelino de Figueiredo, de um lado, e António José Saraiva e Oscar Lopes, do outro, importa sobretudo, como o acentuou Jorge de Sena, estar em guarda contra o «perigo maior» de uma periodização estética do Romantismo: se esta «não pode

nem deve, evidentemente, ser separada da História Geral» — diz Sena —, «identificá-la demasiadamente com os critérios dessas disciplinas diversamente genéricas não resolve o problema, do mesmo modo que um critério exclusivamente *estético* o não resolve, se não tiver em conta o complexo de ideias e pressupostos culturais nem sempre conscientemente subjacentes à criação estética»¹. Estas tentações simétricas, que consistem em considerar o Romantismo português ora como mera expressão literária do liberalismo político e económico, ora como um corpo homogêneo de doutrinas estéticas referidas a modelos alheios, estudados de per si, levam a equívocos e impasses graves: desde os formalistas russos que a correlação das séries literárias com as outras séries históricas foi reposta em termos metodologicamente inter-estruturais — nós hoje diríamos de preferência inter-textuais —, de modo a apreender a diversidade de «formas do tempo» em que se traduzem².

A sugestiva tese de Eduardo Lourenço, a propósito de Garrett e do tempo do nosso Romantismo, segundo a qual «o que o 'romântico' português vai descobrir e viver [...] é uma espécie de *inter-Tempo*», parece-nos fecunda, com a condição de não contrapor esse inter-tempo, pura e simplesmente, a um tempo hipostasiado numa *Weltanschauung* ideal, como ele propende a fazer, ao afirmar que «se o Romantismo foi, como é lícito supô-lo, a tradução estética de uma visão do mundo perfeitamente articulada — a da filosofia transcendental de Kant e os seus prolongamentos idealistas — lícito será duvidar que aquilo que assim chamamos entre nós mereça essa designação»³. Eduardo Lourenço quase sucumbiu, parafraseando ainda Jorge de Sena, já não ao «perigo maior» atrás apontado, mas à «tentação maior que podemos sentir em relação ao Romantismo português»: a de «concluir polemicamente que ele não existiu»⁴.

Vejamos como, no caso de Herculano, se verifica precisamente um sobressalto da consciência romântica, onde o entrecocar de tempos é visível, nesse instante em que, após o seu regresso de proscrito, as convulsões da guerra civil, primeiro, e o desgarramento da oposição fraticida entre as várias facções liberais, em seguida, exacerbam a carência de uma teorização mais exigente das experiências literárias a que desde o exílio se lançara e que agora prosseguia ao lado do seu labor de bibliotecário, no pressentimento já das decepções políticas a vir. É assim que o vamos encontrar, por 1835, a colaborar no *Repósito Literário*, do Porto, com artigos em que defende os pres-

¹ *Para uma Definição Periodológica do Romantismo Português*, in *Estética do Romantismo em Portugal*, Lisboa, 1974, pp. 67-68.

² Cf. George Kubler, *Formes du Temps*, Paris, 1973.

³ *Romantismo e Tempo e o Tempo do nosso Romantismo*, in *Estética do Romantismo em Portugal*, op. cit., pp. 107 e 105.

⁴ *Op. cit.*, p. 70.

supostos de uma nova poética, que ponha fim ao anacronismo das nossas letras: «A parte teórica da literatura — escreve ele — há vinte anos que é entre nós quase nula: o movimento intelectual da Europa não passou a raia de um país onde todas as atenções, todos os cuidados estavam aplicados às misérias públicas e aos meios de as remover»⁵. Dessas misérias, Herculano fora e continuava a ser, não apenas testemunha, mas denunciador implacável: de soldado anónimo a funcionário exemplar, mantivera-se um cidadão fiel à Carta que jurara, às Reformas de Mouzinho da Silveira, ao ideário moderado do liberalismo, hostil sempre a radicalismos extremistas. A sua voz e a sua pena independentes faziam-se regularmente ouvir. Preocupavam-no, porém, acima de tudo, as questões da Cultura e do Ensino, que não estavam à altura dos valores existentes e potenciais: «Em Portugal — escreve — ainda há homens cheios de vasta erudição, de filosofia e de génio. Tiránias mais ou menos longas, mais ou menos cruéis, os têm conservado na obscuridade de que devem sair, agora que não se receia a instrução, agora que os resguarda a égide da lei»⁶. O partidarismo, o fanatismo, o obscurantismo impediam a educação de frutificar: «Nós não desejaríamos [...] que uma tal obra fosse puramente órgão desta ou daquela escola, deste ou daquele partido. Convém que os princípios opostos sejam examinados de boa fé e sem cerimónia; a intolerância em ideias políticas ou religiosas é odiosa; em matérias científicas é ridícula»⁷.

Entre as matérias científicas que em concreto considera prioritárias situam-se, é claro, liminarmente, os estudos literários, podendo dizer-se que Herculano lança, para além da ideia matriz de uma teoria da literatura, as bases do que só quase um século mais tarde viria a ser uma Faculdade de Letras do Porto, como aquela de que aqui somos continuadores: «Um curso de literatura — dizia ele — remediaria os danos que devemos temer, e serviria ao mesmo tempo de dar impulso às letras»⁸. Curioso será notar que, mais tarde, Herculano recusaria, em Lisboa, a regência de uma cadeira de História no Curso Superior de Letras...

Mas o seu fim obsessivo, que aqui nos interessa sobretudo analisar, é ainda explicitado de forma mais precisa nesse texto: «Se coubesse nas nossas diminutas forças um trabalho de tanta magnitude, nós começaríamos por discutir qual o objecto da poesia»⁹. Problema por excelência atinente à Poética, como se vê. Quer esta seja tomada, metonimicamente, como *poética restrita*

⁵ Cf. «Qual é o Estado da Nova Literatura?» in *Herculano, Um Homem e Uma Ideologia na Construção de Portugal*, Lisboa, 1979, p. 87.

⁶ *Idem*, p. 88.

⁷ *Idem*, *ibidem*.

⁸ *Idem*, *ibidem*.

⁹ *Idem*, *ibidem*.

ou *generalizada*, o certo é que para Herculano ela decorre de uma «filosofia geral das letras», ou mesmo das artes—isto é, de uma *Estética*: «O exame das diferentes teorias sobre o belo e o sublime, e a consequência, o objecto imediato a que nos conduziram os respectivos raciocínios, dariam em resultados os princípios necessários e universais de todas as poéticas...»¹⁰.

É porém para uma Poética do Romantismo que, a partir da história das literaturas clássicas, e desembocando numa autêntica teorização geral das literaturas românticas, nas suas múltiplas manifestações nacionais, Alexandre nitidamente aponta, como seu horizonte último: «Indagando a história da poesia nos diversos tempos e nações vê-la-íamos depois da queda da bela literatura greco-latina, surgindo do norte com um sublime de melancolia e mesmo de ferocidade, próprio dos povos que a inventaram: veríamos esta poesia fundida com os restos da romana, e posteriormente com a árabe, produzir as diversas espécies do romântico, dessa poesia variada e verdadeiramente nacional, na França e nas duas penínsulas, e termo médio entre a bela simetria clássica e o sublime gigantesco do setentrão»¹¹. Podemos ler aqui, em filigrana, ou em esboço, alguns dos elementos característicos do Romantismo, como a contraposição da diversidade de formas românticas nacionais aos modelos greco-latinos clássicos, embora com uma nota de compromisso típica do momento de refluxo em que se situa, por referência ao Romantismo francês dos anos 30, em que alguns vêem aliás já um «Contra-Romantismo»¹². Da França trouxera Herculano os ecos de um Lammenais, de um Hugo e de um Chateaubriand, que se repercutirão nas apóstrofes anti-setembristas de *A Voz do Profeta* e noutros textos em prosa poética ou em verso, estes depois incluídos na *Harpa do Crente*. Diferentemente de Garrett, que se mantivera sobretudo agarrado às saias de Madame de Staël, Herculano foi entretanto profundamente sensível ao conhecimento dos Românticos alemães, e justamente, entre outras coisas, no acolhimento que deu à teorização da literatura por um Augusto Wilhelm Schlegel, que o autor do *Catão*, quanto a ele, minimizava. Sabendo-se como se sabe que uma das características fundamentais do primeiro Romantismo—o de Iena—foi a tentativa de elaboração de uma *Poética geral*¹³, pode ver-se nos artigos do *Repositório Literário* a prova provada da preocupação herculaniana de seguir a lição dos grandes mestres germânicos. Apesar de todas as distâncias, a sua doutrinação não será pois assim tão «fruste» como o pretende Alberto Ferreira¹⁴, o

¹⁰ *Idem, ibidem.*

¹¹ *Idem, ibidem.*

¹² Cf. Jorge de Sena, *op. cit.*, p. 74.

¹³ Cf. Ph. Lacoue-Labarthe e J. L. Nancy, *L'Absolu Littéraire, Théorie de la Littérature du Romantisme*, Paris, 1978, p. 9.

¹⁴ *Perspectivas do Romantismo Português*, Lisboa, 1971, p. 67.

qual releva de resto também em Herculano influências da estética subjectivista kantiana. Daí poderem relativizar-se as conclusões pessimistas de Eduardo Lourenço quanto à existência de um autêntico Romantismo entre nós, pois o que de Garrett infere não será de todo em todo transponível para Herculano.

É interessante, a este respeito, atentar mais de perto nos termos em que as alusões aos primeiros tentames românticos garrettianos se manifestam no texto do *Repositório Literário* que nos vem servindo de pista indiciadora. Herculano observa que «os poemas *D. Branca* e *Camões* apareceram um dia nas páginas de uma história literária sem precedentes que os anunciassem, um representando a poesia nacional, o romântico; outro a moderna poesia sentimental do Norte, ainda que descobrindo às vezes o carácter meridional do seu autor»¹⁵. Ter-se-á reparado que não é *Camões*, como os historiadores da literatura viriam a propor, o primeiro paradigma do Romantismo, para Herculano, mas sim a *D. Branca*, atribuída como se sabe por Garrett ao seu mestre neo-clássico Filinto Elísio, que traduzira para a nossa língua o modelo inspirador do livro: o *Oberon* de Wieland. A que se deve esta inversão crítica? Talvez a um incipiente cotejo dos dois poemas, pois o seu comentador confessa não ser esse o lugar para o «exame dos méritos ou deméritos» respectivos. O que é certo é que ele os apresenta como sendo, até então, «os únicos monumentos de uma poesia mais liberal do que a dos nossos maiores»¹⁶, isto é, exemplos acabados da libertação dos espartilhos arcádicos. A dificuldade de aprofundadamente os analisar e criticar era perfeitamente compreensível, até porque, como Herculano acentuara, a «parte teórica da literatura» era desde há vinte anos «quase nula».

Repare-se: o futuro exilado de Vale de Lobos, nascido em 1810, poucos mais anos tinha. Mas as duas décadas citadas fazem-nos retroagir precisamente à época da educação arcádica de Garrett, começada com um tio padre na Terceira e completada em Portugal com Filinto. Herculano não deixa, deliberadamente, de marcar as diferenças temporais entre ambos, as quais são, outrossim, diferenças de formação, temperamento e linguagem. Que admira que os historiadores da literatura tenham hesitado em optar por um ou por outro para balizar o Romantismo, quando não os excluem aos dois de tão ambígua categoria literária? E não haverá que apreender as próprias indeterminações que em qualquer deles existem, em equilíbrio ora estável ora instável? Veja-se Garrett, no prefácio à 1.ª edição do *Camões*, esse pretendido poema inaugural do Romantismo: «Não sou clássico nem romântico; de mim digo que não tenho seita nem partido em poesia...»¹⁷. R. A. Lawton comenta pertinentemente: «Quando

¹⁵ *Op. cit.*, p. 87.

¹⁶ *Op. cit.*, p. 87.

¹⁷ *Obras Completas*, I, Lisboa, 1905, p. 194.

afirma e reafirma que não é clássico nem romântico, declara que é, a todo o momento, clássico e romântico: concilia em sua pessoa duas posições antagónicas, comportamento tipicamente garrettiano em questões de doutrina, seja qual for a dimensão da sua actividade mental»¹⁸.

Mas não falava também Herculano, no texto aqui citado, do «termo médio» entre «a bela simetria clássica» e o «sublime gigantesco» romântico? Num e noutro caso, uma coincidência dos opostos, com graus e tipos de relação variáveis. O mesmo se diria das posições políticas, num cruzamento mútuo altamente significativo: se em Garrett a poética pende para o neo-classicismo, já a política reequilibra a balança, pela sua adesão à esquerda democrática; se em Herculano a adesão à poética do Romantismo é mais nítida e explícita, já as suas preferências políticas são as da direita liberal. Mas se os respectivos tempos poéticos são divididos e divergentes, também o são os políticos: e é do seu cruzamento, numa intertemporalidade múltipla, que o Romantismo português é feito, fale-se de um primeiro, de um segundo ou de um terceiro Romantismo, senão dos sucessivos avatares dele, como veremos.

Já Oliveira Martins, no *Portugal Contemporâneo*, num capítulo intitulado *O Romantismo*, delinea com aguda perspicácia esta pluralidade do Romantismo português, correspondente, embora não mecanicamente, à do liberalismo: «o próprio carácter do liberalismo, com a sua falta de critério a não ser a palavra LIBERDADE — uma palavra e nada mais, dizia ele —, era a causa da multiplicação dos modos de a traduzir»¹⁹. Cada uma dessas traduções constituía uma espécie de Romantismo, oscilando sempre à volta da moderação, do radicalismo e de um termo médio. Foi este que polarizou as posições de Herculano e do segundo Romantismo.

Oliveira Martins situa de modo impressivo o nosso poeta no momento mesmo em que nos interessa surpreendê-lo: o do entrecruzar dos fios temporais da poética e da política. Assim, após ter apurado uma delas, esta vai tornar-se uma voz profética da outra, numa conjunção em que um Romântico se erguerá de corpo e figura inteira, neste Porto Liberal em plena convulsão revolucionária de Setembro de 1836.

Herculano vivera por dentro todas as peripécias, todas as aventuras e desventuras militares e políticas do cerco do Porto e suas sequelas: delas nos deixou páginas repassadas de sofrimento e esperança, no texto fragmentário intitulado *Cenas de Um Ano da Minha Vida*, entre outros. Constantemente nele irrompem, no meio dos apontamentos de factos secos da cam-

¹⁸ *O Conceito Garretiano do Romantismo*, in *Estética do Romantismo em Portugal*, op. cit., p. 98.

¹⁹ *Portugal Contemporâneo*, II, Lisboa, 1953, p. 317.

panha, a iluminação e a revelação do poético. Assim, em plena batalha da Ponte Ferreira, uma das mais duras e perigosas em que participou, encontra tempo e coragem para anotar estas reflexões: «O espírito das ciências económicas neste século tende a nivelar-nos com os brutos, que só cuidam do ventre — tem-se morto todo o poético da existência, resta só o entusiasmo da liberdade, mas alcançada esta, o homem, que precisa do poético, voltará a muitas opiniões antigas»²⁰. Do tom filosófico, Herculano passa ao religioso, e ei-lo a meditar, numa missa do galo celebrada entre o povo e a soldadesca, sobre essas horas de comunhão religiosa «em que a grosseira sensibilidade se mistura e enlaça com as ideias do Céu; em que, para assim o exprimir, estas se materializam e aquela se espiritualiza; [...] em que, por dizer tudo, o menos intelectual dos homens é momentaneamente poeta»²¹. E interroga-se: «O que é a poesia?». Para logo responder: «O transfundir o ideal no real — o aproximar o céu da terra, e elevar esta até o céu»²². Como se vê, um tema romântico por excelência: a associação do sagrado e do poético. Ele é também o *leitmotiv* de muitos dos poemas escritos por essa época, no rasto do exílio e no auge da guerra civil:

«Do fraticídio a luva
Irmão a irmão lançara,
E o grito: *ai do vencido!*
Nos montes retumbara.

As armas se hão cruzado:
O pó mordeu o forte;
Caiu: dorme tranquilo:
Deu-lhe repouso a morte.

.....

Morrer, morrer que importa!
Final suspiro, ouvi-lo
Há-de a Pátria. Na terra
Irei dormir tranquilo.

Dormir? Só dorme o frio
Cadáver, que não sente;
A alma voa a abrigar-se
Aos pés do Omnipotente»²³.

²⁰ Alexandre Herculano, *Cenas de um Ano da Minha Vida*, Lisboa, 1973, pp. 68-69.

²¹ Idem., p. 101 e 102.

²² Idem., p. 102.

²³ *Poesias*, Lisboa, s. d., pp. 77 e 84. Ortografia actualizada.

Sempre, também, o apelo à luta pela liberdade, que para Herculano se identifica com a crença na consciência divina, mas nada tem a ver com o fanatismo nem com o farisaísmo, políticos ou religiosos, que estigmatiza e amaldiçoa:

«Eu nunca fiz soar meus pobres cantos
Nos paços dos senhores;
Eu jamais consagrei hino mentido
Da terra aos opressores.
Mal haja o trovador que vai sentar-se
à porta do abastado,
O qual com ouro paga a própria infâmia,
Louvor que foi comprado.
Desonra àquele que ao poder e ao ouro
Prostitui o alaúde!
Deus à poesia deu por alvo a pátria,
Deu a glória e a virtude.
Feliz ou infeliz, triste ou contente,
Livre o poeta seja,
E em hino isento a inspiração transforme
Que na sua alma adeja»²⁴.

Nomeado 2.º Bibliotecário da Real Biblioteca Pública, tendo jurado a Carta, ele acorre, apesar de dispensado, às batalhas do cerco. Rompido este, dedica-se de alma inteira ao seu cargo: vemo-lo, em documentos existentes no Arquivo da Biblioteca Municipal, a participar no trabalho de organização, de arquivo e de catalogação, todo entregue à sua vocação de investigador e historiador, ao mesmo tempo que escreve incansavelmente em jornais e revistas. É então que esboça, como vimos, o seu projecto de uma Poética do Romantismo, como se pressentisse chegado o momento de ensaiar a sua *Voz de Profeta*, por sobre as ruínas do passado.

Mas demos mais uma vez a palavra a Oliveira Martins, que no-lo põe a viver encarnado no seu verbo poético e político:

«Eis aí o verbo novo, a palavra da paz, o evangelho da liberdade redentora. O *profeta* sonhava com ela desde 34, sem ainda a ter definido bem claramente; mas entrevendo-a nas afirmações doutrinárias de Mouzinho e nas simpatias de Palmela pelas velhas instituições. E foi nisto que rebentou o tumor democrata (1836). E aos que julgavam a vitória ganha, conquistada a paz, veio a revolução dizer que tudo havia a recomeçar»²⁵.

²⁴ Idem, p. 85.

²⁵ *Portugal Contemporâneo*, op. cit., II, p. 319.

A Revolução de Setembro levava Passos Manuel ao poder. A Constituição de 1822 fora reposta em vigor, os cartistas perseguidos: Herculano, apesar de amigo do vencedor, quis manter-se fiel ao seu juramento à Carta e pediu a demissão, juntamente com o 1.º Bibliotecário, do seu cargo na Real Biblioteca Pública. Vale a pena transcrever o documento em que o pedido é consumado, pela sua dignidade exemplar, menos rara então do que hoje o seria, nestes nossos tempos bastardos:

«A fé que prometi à Carta Constitucional da Monarquia selei-a com as misérias do desterro e com os padecimentos e riscos que passei na emancipação da Pátria; para a conservação de um cargo público, não sacrificarei, portanto, nem a religião do juramento, nem o orgulho, que me inspirou as minhas acções passadas» (Documento datado de 17 de Setembro de 1836) ²⁶.

Homem livre e liberal, Herculano não cedeu nem num ápice quanto às suas convicções profundas, pois não era feito como tantos para rastejar. Do lado oposto, Garrett seguiu o seu próprio caminho, após ter ajudado a preparar a revolução: os dois românticos tinham cada qual assumido a liberdade dos seus destinos. Talvez essa liberdade fosse complementar, no seu duplo idealismo. «Não se creia, porém — como observa com lucidez O. Martins, comentando em tom de coro político — que homens como Herculano e Garrett, pouco *importantes* na política e por isso mesmo mais livres: homens cheios de talento e estudo, não percebessem o fundo real das coisas. A própria inconsistência, a indeterminação mais ou menos sentida das doutrinas que seguiam, davam-lhes ainda uma facilidade maior para verem a verdade» ²⁷.

Herculano, quanto a ele, com a hombridade que o caracterizava, reconheceria mais tarde que «tanto o partido da revolução, como o anti-revolucionário, nenhum tinha em si unidade completa de princípios, nem entre um e outro havia senão antinomias parciais quanto à fronteira do direito político». Dois anos após a revolução de Setembro, um compromisso se estabeleceria entre cartistas e constitucionalistas, com a Constituição de 1838, que era, segundo Herculano, «um campo neutro onde todos se podiam encontrar pacificamente e procurar, sem sair da legalidade, o predomínio das respectivas opiniões» ²⁸.

Entretanto, porém, Herculano, deixando o Porto de retorno a Lisboa — embora mais tarde cá voltasse, como deputado cartista, em 1840 —, ia alcançar uma dupla notoriedade, política e

²⁶ Arquivo da Biblioteca Municipal do Porto. Ver anexo.

²⁷ *Portugal Contemporâneo*, op. cit., II, p. 325.

²⁸ *Opúsculos*, v. I, pp. 23-24.

literária. Por um lado, através da publicação, contra o poder da hora, das violentas apóstrofes da *A Voz do Profeta*, na sua prosa ritmada e larga, à imagem das *Paroles d'un Croyant*, de Lammenais; por outro, editando no ano seguinte *A Harpa do Crente*, primeira grande colectânea dos seus poemas que se tornaria, na feliz expressão de Maria de Lourdes Belchior, um «breviário da poesia romântica»²⁹; e, finalmente, dirigindo o *Panorama*, revista de grande tiragem que ajudou a criar um público mais largo para o Romantismo liberal. Uma nova fase da sua carreira literária começava, agora mais centrada nas letras, desde a história à polémica e ao romance histórico, a caminho da maturidade. De Herculano partiu em grande parte a terceira geração romântica, que Castilho um momento simbolizou, tendo por altura da estadia do poeta da *Harpa do Crente* no Porto lançado *A Noite do Castelo* e os *Ciúmes do Bardo*, paradigmáticos de um medievalismo a que por outro lado o romance histórico herculiano dará alento e que conhecerá certa voga, como a conheceria a poesia ultra-romântica.

Mas dos prolongamentos pós-românticos do Romantismo não temos aqui que curar, nos seus múltiplos avatares, que atravessarão a Regeneração e a Geração de 70, para reaflorem no neo-garrettismo *fin-de-siècle* e no Saudosismo, chegando, nas suas metástases, segundo alguns, até para aquém do Modernismo. Mais do que debater a questão do saber se ainda somos ou não românticos, *après la lettre*, importante será lermos hoje de outro modo os nossos autênticos românticos, a começar pelos do Porto, ou pelos que no Porto escreveram, restituindo-os às temporalidades múltiplas de que intertextualmente são entretecidos, e libertando-os por assim dizer da prisão da história, para os abrir ainda e sempre a histórias outras, de que as nossas como leitores também fazem parte. Uns dirão, como Eduardo Lourenço, em função de um Romantismo ideal, que «autêntica perspectiva romântica só a teremos a partir de Antero e com consciência inteira, embora convulsiva e irónica, em Álvaro de Campos»³⁰. Outros, como Jorge de Sena, afirmarão pelo contrário que «o Romantismo morre nos primeiros anos do século XX, quando as agitações de vanguarda e as concorrentes transformações do pós-simbolismo, criando o Modernismo, vão transferir a liberdade para a obra de arte, invertendo por completo os pressupostos românticos, não apenas por oposição a eles, mas pela transmutação de tudo isso numa concepção diversa»³¹. Perspectivas

²⁹ *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, vol. II, Lisboa, 1978.

³⁰ *Romantismo e Tempo e Tempo do nosso Romantismo*, op. cit., pp. 105-106.

³¹ *Para uma definição periodiológica do Romantismo*, op. cit., pp. 73-74.

363
Alexandre Her.

Compreendo, pois, que del' não se trata
de si que não seus honras e juramento
para que não se deslize a arte de seu officio
de juiz, julgar e tambem nos encargos de
ministra. He' immediatamente a minha
responsabilidade. *et si quis promittit quod non
Ceteri Constitutum dei Honoraria, vellet
tunc a imperio de Victoria et non a pite-
suntur e vices de sedes, que proficiunt
emancipação da Patria: - paci e sacra
vices de um cargo publico não sacri-
ficari, portante, nem a delicias de ju-
ramento, nem a orgullo que me inspi-
ram as minhas ações profanas.*

Ad aspiend. vel' d'olara a spm.
Alto Samara, que e meu lugar de origem.
Rebellião em esta roça, para que elle pro-
ponha ao Governo actual para o procu-
dar qualquer outro negocio, que proveja
melhor do que em duas vezes, para as obli-
gacões e elle ameyor. *Alto*

Fragmento do pedido de demissão de Alexandre Herculano



complementares, uma a-histórica (ou trans-histórica) e outra historicizante, que reciprocamente se iluminam, se deixarmos o texto romântico entregue à sua pluralidade de linguagens e de sujeitos, onde a pluralidade de tempos se escreve e reescreve.

Assim como Herculano foi, no Porto da revolução liberal, uma consciência romântica que se questionou poeticamente, questionando a Poética, sejamos nós também, hoje, consciências modernas em questão, através de uma revolução de novas linguagens poéticas que as interrogam.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and activities. It emphasizes that proper record-keeping is essential for transparency and accountability, particularly in financial matters. The text suggests that organizations should implement robust systems to track and document every aspect of their operations.

2. The second part of the document addresses the challenges of data management and security. It highlights the need for strong cybersecurity measures to protect sensitive information from unauthorized access and breaches. The text also discusses the importance of regular data backups and the use of secure communication channels.

3. The third part of the document focuses on the role of technology in modern business operations. It explores how digital tools and automation can streamline processes, improve efficiency, and reduce costs. The text encourages organizations to embrace innovation and invest in cutting-edge technologies to stay competitive in the market.

4. The fourth part of the document discusses the importance of human resources and talent management. It emphasizes that a skilled and motivated workforce is the key to long-term success. The text suggests that organizations should focus on recruitment, training, and employee development to build a strong organizational culture.

5. The fifth part of the document addresses the issue of sustainability and corporate social responsibility. It highlights the growing expectations of stakeholders for organizations to contribute positively to society and the environment. The text suggests that companies should integrate sustainability into their core business strategy.

6. The sixth part of the document discusses the importance of legal and regulatory compliance. It emphasizes that organizations must stay up-to-date with changing laws and regulations to avoid penalties and legal issues. The text suggests that companies should consult with legal experts to ensure full compliance.

7. The seventh part of the document addresses the issue of risk management. It emphasizes that organizations should identify and mitigate potential risks to their operations and assets. The text suggests that companies should develop comprehensive risk management strategies and regularly assess their risk levels.

8. The eighth part of the document discusses the importance of customer relationship management. It emphasizes that providing excellent customer service and building strong relationships with clients is essential for business growth. The text suggests that companies should invest in CRM systems and training to improve customer satisfaction.

9. The ninth part of the document addresses the issue of financial management. It emphasizes that sound financial practices are crucial for the long-term stability and success of an organization. The text suggests that companies should maintain accurate financial records and regularly review their financial performance.

10. The tenth part of the document discusses the importance of strategic planning. It emphasizes that having a clear vision and strategic plan is essential for guiding the organization's future growth. The text suggests that companies should regularly review and update their strategies to adapt to changing market conditions.

11. The eleventh part of the document addresses the issue of innovation and research and development. It emphasizes that investing in R&D is crucial for developing new products and services that meet the needs of the market. The text suggests that companies should foster a culture of innovation and encourage employees to think creatively.

12. The twelfth part of the document discusses the importance of partnerships and alliances. It emphasizes that collaborating with other organizations can provide access to new markets, resources, and expertise. The text suggests that companies should actively seek out and evaluate potential partnership opportunities.

13. The thirteenth part of the document addresses the issue of global expansion. It emphasizes that entering new international markets can provide significant growth opportunities. The text suggests that companies should conduct thorough market research and understand the cultural and legal differences of each target market.

14. The fourteenth part of the document discusses the importance of brand management. It emphasizes that a strong and consistent brand identity is essential for building customer loyalty and trust. The text suggests that companies should invest in brand marketing and ensure that all communications align with the brand's values.

15. The fifteenth part of the document addresses the issue of crisis management. It emphasizes that having a clear crisis response plan is crucial for minimizing damage and maintaining the organization's reputation. The text suggests that companies should regularly conduct crisis simulations and ensure that all employees are trained on the response protocol.

16. The sixteenth part of the document discusses the importance of employee engagement. It emphasizes that engaged employees are more productive and committed to the organization's success. The text suggests that companies should focus on creating a supportive work environment, providing opportunities for growth, and recognizing employee achievements.

17. The seventeenth part of the document addresses the issue of diversity and inclusion. It emphasizes that a diverse and inclusive workforce is essential for driving innovation and meeting the needs of a global customer base. The text suggests that companies should implement policies and practices that promote diversity and inclusion.

18. The eighteenth part of the document discusses the importance of data analytics. It emphasizes that analyzing data can provide valuable insights into customer behavior, market trends, and operational efficiency. The text suggests that companies should invest in data analytics tools and ensure that data is used to inform decision-making.

19. The nineteenth part of the document addresses the issue of supply chain management. It emphasizes that a well-managed supply chain is essential for ensuring the timely and cost-effective delivery of products and services. The text suggests that companies should build strong relationships with suppliers and regularly monitor supply chain performance.

20. The twentieth part of the document discusses the importance of continuous improvement. It emphasizes that organizations should constantly seek ways to optimize their processes and improve their performance. The text suggests that companies should adopt a mindset of continuous improvement and encourage employees to identify areas for enhancement.

21. The twenty-first part of the document addresses the issue of environmental sustainability. It emphasizes that reducing the organization's carbon footprint and promoting sustainable practices are essential for long-term viability. The text suggests that companies should set clear sustainability goals and report on their progress.

22. The twenty-second part of the document discusses the importance of corporate governance. It emphasizes that strong governance practices are essential for ensuring the integrity and ethical behavior of the organization. The text suggests that companies should establish a clear governance framework and hold all stakeholders accountable.